Aula 10

O NASCIMENTO DOS NÚCLEOS POLÍTICOS CRISTÃOS NA PENÍNSULA IBÉRICA (SÉCULOS VIII-XI)

META

Expor o surgimento dos núcleos políticos cristãos na Península Ibérica entre os séculos VIII e XI;
Analisar as características de cada um desses reinos emergentes inseridos nos séculos supracitados;
Realizar uma síntese da Alta Idade Média Ocidental ao término da disciplina.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Ser capaz de explicar o surgimento dos núcleos políticos cristãos na Península Ibérica Alto Medieval;
Diferenciar as características de cada um deles, assim como desconstruir a representação de reinos lutando lado a lado pela religião cristã contra o Islamismo na Península Ibérica;
Conseguir realizar um balanço da disciplina apontando seus principais temas.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Ramiro II (930-950). Iluminura presente no Tumbo A de la Catedral de Santiago de Compostela (Datado entre 1129-1255).

O objetivo desse último encontro, após um total de nove, é aprofundarmos um pouco mais o tema da última aula, na qual procuramos analisar as características singulares do Islã Ibérico na Idade Média. Como temos destacado, em algumas aulas desta disciplina de História Medieval I, procuramos voltar nosso olhar para o período denominado Alta Idade Média. Ao mesmo tempo, reconhecemos que demos um pouco mais de ênfase ao Ocidente Medieval. Contudo, é de se relembrar que, em se tratando de Oriente, procuramos abordá-lo nas aulas 3 e 6, quando conversamos sobre O Império Bizantino e a Expansão do Islã, respectivamente. Assim, com a aula de número 9 e esta última, gostaríamos de abordar um pouco mais sobre os cristãos e muçulmanos da Península Ibérica, pois consideramos que nessa parte do Ocidente Medieval as trocas por meio da convivência em um mesmo território foi bem mais constante, por exemplo, que a presença cristã em Jerusalém combatendo nas Cruzadas. Pelo menos acreditamos que na Península Ibérica essas trocas não se deram apenas por meio de

conflitos armados, diferenciação étnica, religiosa, etc. Nos próprios "Estados Cristãos no Oriente", surgidos a partir das Cruzadas, há de considerar que nem sempre o contato entre islâmicos e cristãos se deu por meio do fio da espada.

Como ficará evidenciado aqui, deixaremos de fora o reino português, que surge em meados do século XII e vai de pouco a pouco se consolidando. Por questão de espaço e tempo, nos fixamos nessa aula no período que compreende o século VIII até princípios do XI. Desta maneira, o que observaremos é o surgimento dos núcleos políticos cristãos que dariam origem, no século XIX, à Espanha.

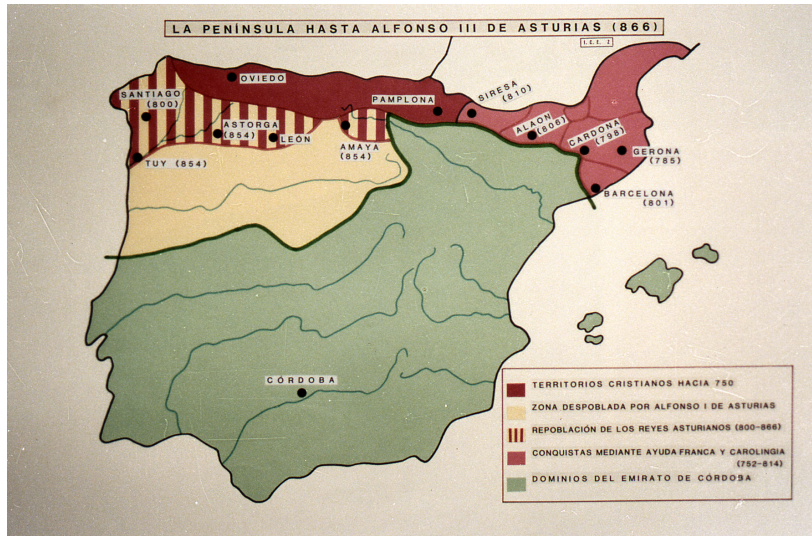
Por fim, mais duas questões devem ser ressaltadas. A primeira delas diz respeito ao cuidado que o historiador deve ter ao realizar explicações gerais de mais. Ao ler esse material deve ficar claro que trata-se de uma síntese necessária a condição de estudo no qual você, futuro professor de História, se encontra. Assim, é fundamental que se busque outros materiais complementares, sejam livros ou o que tem sido disponibilizado em termos de artigos acadêmicos e documentação na Internet, já há um bom tempo.

Em segundo lugar, se faz necessário, nesta aula, realizarmos um balanço da nossa disciplina buscando elencar a pertinência da chamada Alta Idade Média.

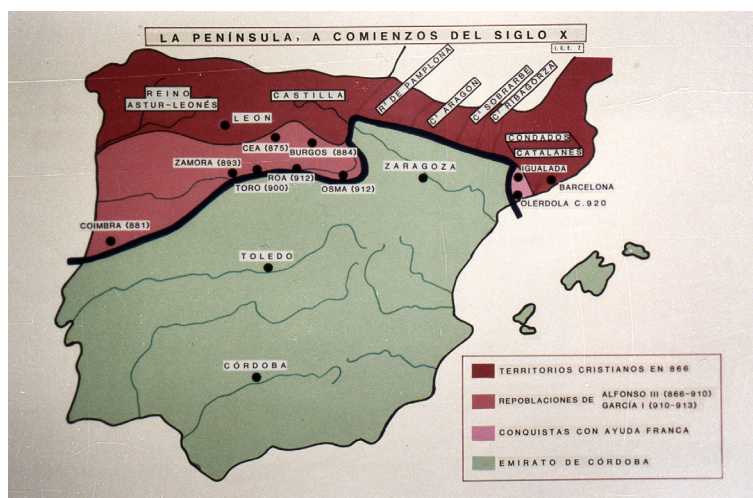
O SURGIMENTO DOS REINOS HISPANO-CRISTÃOS

O nascimento dos núcleos políticos cristãos da Península Ibérica, à exceção de Portugal que só veio a surgir como reino específico em 1140 (RUCQUOI, 1995, p. 195), ocorreu no decorrer do século VIII. Não se sabe, porém, se o resultado de uma reação a conquista muçulmana ou por causa da extinção do "Estado" visigodo. O próprio conceito de "Estado" é muito debatido entre os historiadores da Alta Idade Média. Baschet, em seu livro *A Civilização Feudal*, após enumerar diversos aspectos chega a seguinte afirmativa: "é impossível considerar Estados os reinos da Alta Idade Média" (BASCHET, 2006, p. 53).

Sendo assim, segue em aberto a discussão sobre em quais circunstancias e mesmo quando especificamente surgiram os reinos da Península Ibérica Alto Medieval.

Antes de iniciarmos a exposição dos aspectos dos reinos Astur-Leonês, de Navarra, até chegar aos condados de Aragão, Castela e Catalunha, cabe certa atenção aos dois mapas mais abaixo, no qual é possível verificarmos a configuração territorial da Península Ibérica na segunda metade do século IX e em princípios do século X:

A Península até Alfonso III de Asturias (866). Retirado de: UBIETO, Agustín. Génesis y desarrollo de España, II. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).

Observa-se que a proeminência territorial é de domínio muçulmano e se desconsiderarmos a região repovoada pelos reis asturianos, entre 800 e 866, assim como as conquistas realizadas mediante a ajuda franca e carolíngia entre 752 e 814, temos uma pequena faixa de Oviedo até Pamplona. Por sua vez, verifica-se um largo espaço territorial vazio no qual, se nos recordarmos do mapa 1 da aula passada, até então pertencia aos islâmicos por ocasião de sua conquista no século VIII. No entanto, essa ampla área ao lado das regiões repovoadas (Santiago, Leão, Astorga, etc.), foram pouco a pouco retomadas.

Vejamos o segundo mapa:

A Península em princípios do século X. Retirado de: UBIETO, Agustín. Génesis y desarrollo de España, II. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).

Como é possível verificar, até princípios do século X grande parte do território da península estava ainda sob o domínio islâmico, representado, à época pelo Emirado de Córdoba. Entretanto, observa-se que uma larga faixa foi repovoada por Alfonso III e García I. Passamos, assim, às características desses núcleos políticos cristãos, começando pelo reino Astur-Leonês.

REINO ASTUR-LEONÊS

Para Manuel González, no caso da Cantábria, governada pelo duque Pedro, e as Astúrias, parece que a resistência contra os muçulmanos pode ser relacionada com a presença de elementos visigodos na região, seja decorrentes de emigração ou não (GONZÁLEZ, 1995).

Segundo esse historiador espanhol, a documentação – crônicas do século IX – assinalam uma certa aliança entre visigodos e asturianos, o que teria permitido Pelayo ascender ao poder. Entretanto, pode-se tratar de uma simples imposição de uma minoria culta de imigrantes, segundo ele, melhor preparada ideologicamente, sobre a maioria nativa e que a partir desse momento é submetida a um processo de transformação das suas estruturas sociais tradicionais.

De fato a partir da aliança entre Pelayo e o duque Pedro nasce o reino das Astúrias, marcado por um feito militar do qual pouco sabemos: a Batalha de Covadonga, em 722 e que foi marcada por ser o primeiro passo para livrar o território das forças islâmicas de ocupação.

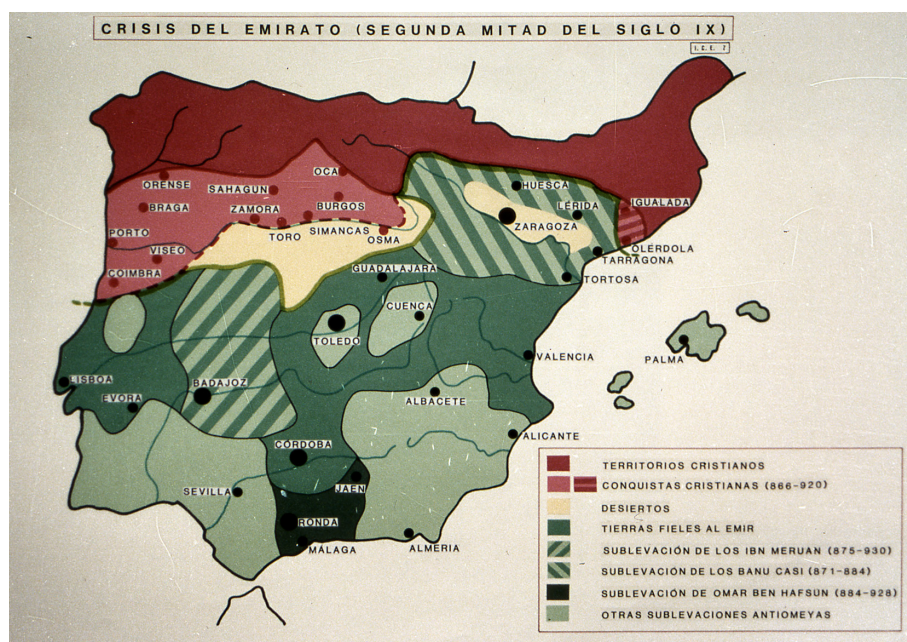
Com as dificuldades internas de al-Andalus, principalmente, após a derrota para Carlos Martel, em 732, o genro de Pelayo, Alfonso I (739-757) soube aproveitar tal fragilidade e efetuou uma série de campanhas ao sul da região cantábrica, isso permitiu expulsar os inimigos do sul de sua fronteira, ao mesmo tempo incorporando a Galícia.

Mas foi com Alfonso II (791-842) que o reino das Astúrias alcançou sua plena definição, após os muitos conflitos sucessórios decorridos à morte de Alfonso I, seu avô.

Segundo Adeline Rucquoi:

> O longo reinado de Afonso II, o Casto (791-842), coincidiu com os emiratos de Aláqueme I e de Avderramão II em Al-Andalus, e com os reinados de Carlos Magno (768-814) e de Luís, o Pio (814-840), no império dos Francos. Constituiu o verdadeiro acto de nascimento de um reino que, existindo há mais de meio século, não dispunha ainda de uma organização, de um aparelho de Estado e de legitimidade, o que viria a ser obra de Afonso II e seus colaboradores. O rei escolheu apoiar o seu poder na autoridade dos Visigodos e recriou, na cidade de Oviedo, que havia sido fundada cerca de 781 e que escolheu para capital, uma monarquia que pretendia ser a herdeira de Toledo (RUCQUOI, 1995, p. 135 e 136).

Ao que parece tal construção ideológica de que os reis asturianos eram os legítimos descendentes do reis visigodos de Toledo, parece estar ligada aos imigrados moçárabes e tem sido chamada pela historiografia de neogoticismo. Adeline Rucquoi chega a falar em “renascimento asturiano” (RUCQUOI, 1995) para esse período, pois foram diversas transformações legislativas, religiosas e culturais e, ao mesmo tempo, coincide com o chamado “renascimento carolíngio”.

Foi com Alfonso III (866-909) que a monarquia asturiana alcançou seu momento político mais brilhante. Tendo sido favorecido pelo primeiro grande racha do Emirado de Córdoba, ele avançou até a linha do Duero, convertida em fronteira no trecho castelhano-leonês, e repovoou uma ampla faixa que se estendia desde Burgos até Porto e que se aprofundava pelo sul até Coimbra. Para muitos historiadores, o peso político alcançado pelos novos territórios além da região montanhosa explica a mudança da capital do reino das Astúrias de Oviedo para Leão. As conquistas de Alfonso III, podem ser observadas no mapa logo abaixo:

A Península em princípios do século X. Retirado de: UBIETO, Agustín. Génesis y desarrollo de España, II. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).

Durante a primeira metade do século X, o reino astur-leonês quase se fragmentou em três reinos: Astúrias, Galícia e Leão. Porém, Ramiro II (930-951) conseguiu evitar, ao mesmo tempo que se desenrolava uma grande obra de repovoamento e organização do vale do Duero, o que possibilitou, inclusive, frear os intentos expansionistas de Abd al-Rahman III. Contudo, todo o empenho de Ramiro II não conseguiu evitar que Fernán González,

nomeado pelo próprio monarca conde de toda Castela, tornasse Castela praticamente independente. Com a morte de Ramiro II, o reino, agora chamado de Leão, mergulhou em uma profunda crise no qual seus reis se converteram em figuras decorativas nas mãos dos governantes muçulmanos de Córdoba ou mesmo dos nobres leoneses e galegos em ascensão. Com isso, o reino de Leão deixa de ser o principal foco de resistência a constante expansão islâmica. A Península Ibérica passa a ser dirigida, pelo lado cristão, por um lado pelo reino de Navarra e por outro pelo jovem condado de Castela.

O condado de Castela nasceu a partir do processo de repovoamento, no qual participaram tanto monastérios, como, sobretudo, camponeses de origem cantábrica, basco (ou vasco) e germânica.

Os condes nomeados pelos reis asturianos dotaram o território de uma complexa estrutura defensiva, justamente por sua condição fronteiriça com os muçulmanos. Conta-se que possivelmente o nome Castela se origine dos muitos castelos utilizados para defesa. Segundo, o medievalista Salvador de Moxó, um desses condes de Castela, Fernán González de Lara (929-970), aproveitou a crise política que ocorreu em Leão por conta da morte de Ramiro II e tornou Castela um "principado feudal" dotado de ampla autonomia (ORTIZ DE VILLAJOS, 2000).

Gradualmente, os sucessores de Fenán González aumentaram a condição independente de Castela, apesar de durante alguns anos, ela ter ficado sob a órbita política do reino de Navarra. Contudo, já a partir do século XI, Castela torna-se uma das grandes forças políticas da Península Ibérica, a ponto de gerar o conhecido mito historiográfico e equívoco no senso comum de "Castela ser a Espanha", ignorando deste modo a evidência historiográfica de que apesar do casamento, no século XV, entre os chamados reis católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, só seria possível em se falar numa Espanha unificada como país no século XIX.

O REINO DE NAVARRA

Não se sabe ao certo as origens do reino de Navarra, tampouco como se iniciou de maneira concreta sua resistência ao Islã. O que se sabe que o controle muçulmano sobre seu território era muito mais nominal que efetivo. Apesar das pressões, por um lado, islâmicas e, por outro, dos francos, os bascos (ou vascos) de Pamplona conseguiram, ainda que a custa do pagamento de tributos ou permitir a presença de guarnições militares no seu território, manter sua independência.

Em 778, conseguiram conter a expansão de Carlos Magno, na famosa Batalha de Roscensvalles, talvez, alguns historiadores afirmam, com a ajuda dos muçulmanos.

Toda a história do reino navarrense durante toda a Alta Idade Média é marcado por uma forte característica regionalista, mas, ao mesmo tempo, é possível verificá-los ora fazendo acordos com Francos, ora com muçulmanos e, mesmo com seus correligionários asturianos.

Somente a partir de 905, com a ascensão de Sacho Garcés I ao trono navarrense que se acaba a ambiguidade de parceria com os islâmicos. Esse monarca se alia a Alfonso III das Astúrias e empreende a reconquista de um vasto território: Sobrarbe, Calahorra; passando pelo Ebro; Nájera e Viguera.

Ao que tudo indica, o condado de Aragão, inicialmente um minúsculo enclave nos Pirineus, após ver seu território livre da presença muçulmana, foi dependente dos carolíngios até o início do século IX depois de Pamplona a partir dos anos finais deste mesmo século. Após sucessivos conflitos internos, em 1035, com a morte de Sancho III, o Maior, surgiria o reino de Aragão e que ao lado de Castela foi outra grande potência militar e política a partir do século XI.

A CATALUNHA

Como bem demonstra Manuel González, a partir do descontentamento da população local submetida ao domínio muçulmano, os carolíngios contando com seu apoio iniciaram a recuperação do território correspondente a parte oriental da Espanha.

Em 785 e 801, Gerona e Barcelona, respectivamente, foram conquistadas. Assim, criou-se entre os Pirineus e o rio Llobregat a chamada Marca Hispânica que correspondia a um conjunto de condados, dentre os quais, desde o início, se destacou o de Barcelona. Simultaneamente a isso, se desenvolveu, graças ao grande volume de imigração de moçárabes, um interessante processo de repovoamento, comparável, inclusive, ao que ocorreu no mesmo momento no vale do Duero.

Coincidindo com a decadência do Império Carolíngio, o conde de Barcelona Wifredo I se tornou independente dos francos e controlou na prática todo o restante de condados da Catalunha a partir de um significativo e complexo processo de unificação político que se consumaria anos mais tarde no território.

Em princípios do século XI, recuperada dos violentos ataques do muçulmano Almanzor, a Catalunha já figura como um país formado e agressivo, a ponto de, em 1010, sob a direção dos condes de Barcelona e Urgel, empreender uma expedição que resultou no saque da cidade muçulmana de Córdoba (GONZÁLEZ, 1995).

CONCLUSÃO

O decorrer da história dos reinos hispano-cristãos se desenvolve entre conflitos marcados pela expansão territorial de cada um dos reinos, principalmente, Castela e, definitivamente, a partir do século XIII, Castela-Leão, e Aragão. Ao mesmo tempo, é verificado momentos de conflitos e alianças, tanto os reinos cristãos entre si, como com os muçulmanos. Estes últimos tendo também que lidar com pressões vindas da África, o que se atesta entre a conturbada troca de poder entre Almorávidas e Almoádas.

A expansão territorial dos reinos cristãos acaba criando uma categoria similar aos moçárabes (aqueles cristãos que viviam no território ocupado por muçulmanos): os chamados mudejáres, islâmicos que viviam nos territórios ocupados pelos cristãos.

É possível observar pelo exemplo da Península Ibérica que na Alta Idade Média é possível observar algumas confluências entre cristãos e muçulmanos.

Deste modo, fica evidente que o estudo da Alta Idade Média deve ser realizado percebendo suas especificidades, porém, de maneira conectada tanto ao final da Antiguidade como com a Idade Média Central e a Baixa Idade Média, uma vez que a História não é feita somente de rupturas, mas também continuidades e estás duas características devem ser sempre levadas em consideração na produção da reflexão historiográfica.

No desenvolvimento de toda a disciplina procuramos apresentar uma perspectiva de síntese, relembrando sempre que é fundamental que você busque mais conteúdo na biblioteca do seu Pólo para, desta forma, aprofundar mais os temas apresentados.

AVALIAÇÃO

1. Reflita sobre a relação entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica Medieval e em como isso influenciou no surgimento dos primeiro núcleos políticos cristãos na região.
2. Diferencie moçárabes e mudejáres.

AUTO-AVALIAÇÃO

1. Faça uma síntese dos principais pontos abordados na disciplina História Medieval I e destaque como eles lhe ajudaram a compreender melhor a Alta Idade Média.

REFERÊNCIAS

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
GONZÁLEZ, Manuel. Nacimiento de los reinos hispano-cristianos hasta 1035. In: CLARAMUNT, S.; GONZÁLEZ, M.; MITRE, E.; PORTELA, E. **Historia de la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1995. P. 106-112.
MUSSET, Lucien. **Las Invasiones. El segundo asalto contra la Europa Cristiana (siglos VII-XI)**. Barcelona: Editorial Labor, 1982.
ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de Moxó. Castilla, ¿Principado feudal?. In:______. Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000. p. 73-116.
PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno: O impacto do Islã sobre a civilização européia**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2010.
RUCQUOI, Adeline. **História da Península Ibérica Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
UBIETO, Agustín. **Génesis y desarrollo de España, II**. Diapositivas, Instituto de Ciencias de la Educación, Zaragoza, 1984 (Colección Materiales para la clase, nº 3, vol. 2).
VALDEÓN, Julio; ZABALO JAVIER, Salrach, José Mª. Javier. **Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos (Siglos XI-XV)**. 3 ed. Barcelona: Labor, 1989. Historia de España, 4.